

OFÍCIO Nº 1181 /2020 – MEC

Brasília, 23 de Março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador LUIS CARLOS HEINZE
Quarto-Secretário
Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal
Palácio do Congresso Nacional
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício nº 207 (SF), de 20 de fevereiro de 2020. Requerimento de Informação nº 226, de 2019, do Senador Rogério Carvalho.

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 207 (SF), de 20 de fevereiro de 2020, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 226, de 2019, de autoria da Senador Rogério Carvalho, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 10/2020/ASS. INSTITUCIONAL/GAB, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, contendo as informações acerca da Portaria nº 244, de 19 de março de 2019, que constitui comissão com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no Banco Nacional de Itens (BNI) para a montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - edição 2019.

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,



ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro de Estado da Educação



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

NOTA TÉCNICA Nº 10/2020/ASS. INSTITUCIONAL/GAB

PROCESSO Nº 23123.001096/2020-94

1. ASSUNTO

- 1.1. Requerimento de Informação nº 226, de 2019, do Senador Rogério Carvalho.
- 1.2. São solicitadas informações sobre a Portaria nº 244, de 19 de março de 2019.

2. INTRODUÇÃO

- 2.1. Trata do Ofício nº 624/2020/ASPAR/GM/GM-MEC, de 28 de fevereiro de 2020 (SEI 0494127), por meio do qual a Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação envia o Requerimento de Informação nº 226, de 2019, do Senador Rogério Carvalho, que pede informações sobre a Portaria nº 244, de 19 de março de 2019, na qual o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, constitui comissão com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no Banco Nacional de Itens (BNI) para a montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Edição 2019..

3. REQUERIMENTO

- 3.1. O Senhor Senador Rogério Carvalho, por meio do Requerimento de Informação nº 226, de 2019, do Senador Rogério Carvalho vem requerer ao Ministro da Educação informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a respeito da Comissão constituída pela Portaria nº 244, de 19 de março de 2019 com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no Banco Nacional de Itens (BNI) para a montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Edição 2019.

- 3.2. Os questionamentos apresentados são:

1. Considerando que a Portaria nº 244 aponta que a leitura transversal dos itens do banco de questões "é uma etapa técnica de revisão de itens, cujo objetivo é verificar a sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame" e que "a leitura transversal deve obedecer a Matriz de Referência que orienta o exame". Pergunta-se:

- 1.1. Quais os critérios e a metodologia que serão utilizados para a realização dessa verificação de pertinência que, por um lado, busca assegurar um perfil consensual do Exame e, pelo outro lado, deve observância à matriz de referência que orienta o Enem, uma vez que tais critérios e metodologia não foram explicitados?

- 1.2. O que é e como o MEC define "perfil consensual do Exame"?

- 1.3. Existe algum relatório ou parecer prévio, do MEC e/ou INEP, que ampara o ato administrativo consubstanciado nessa portaria, inclusive, que possa deixá-la menos subjetiva perante a sociedade?
 - 1.4. Encaminhar cópia desse relatório ou parecer que serviu de tomada de decisão.
2. Considerando que os nomes escolhidos para a composição dessa comissão, segundo a portaria publicada são: Marco Antônio Barroso Faria (representante do MEC), Antonio Maurício Castanheira das Neves (representante do INEP) e, por fim, Gilberto Callado de Oliveira (representante da sociedade civil), pergunta-se:
 - 2.1. Quais os critérios de escolha dos integrantes da comissão em tela? Explicitar a expertise, o notório saber e/ou Curriculum Vitae que amparam a escolha dos nomes indicados.
 - 2.2. Qual a razão de mérito da indicação do Sr. Gilberto Callado de Oliveira, escolhido para representar a sociedade civil, uma vez que o fato de ser procurador do Ministério Público de Santa Catarina, vínculo institucional com o Estado, sequer significa representação de uma sociedade civil tão heterogênea como a brasileira?
3. Ainda sobre a representação da sociedade civil:
 - 3.1. A falta de mulheres na comissão não é prejudicial para o fiel desempenho das atribuições finalística da comissão?
 - 3.2. Como o sr. Ministro justifica o mérito do ato administrativo que recai sobre a escolha de 3 (três) homens para verificação sobre a pertinência da realidade social da mulher brasileira?
 - 3.3. Como 3 (três) homens saberão o que é pertinente com a realidade social de uma mulher brasileira negra?

4. RESPOSTAS

- 4.1. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) informa que a comissão de leitura transversal dos itens do Banco Nacional de Itens (BNI) para a montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), neste ano de 2019, desaconselhou o uso de 66 questões: 28 em linguagens, códigos e suas tecnologias; 29 em ciências humanas e suas tecnologias; 4 em matemática e suas tecnologias e 5 em ciências da natureza e suas tecnologias. Essas questões não foram retiradas do Banco Nacional de Itens.
- 4.2. Sobre o item 1 informamos que o trabalho da Comissão foi amparado tecnicamente pela DAEB que instrumentalizou a mesma sobre os aspectos atinentes à Matriz de Referência do Exame, bem como às suas características psicométricas. A própria Portaria nº 244, de 19 de março de 2019, esclarece o que se entende como perfil consensual do exame.
- 4.3. O quantitativo do trabalho da comissão foi divulgado 13 de dezembro em função da espera pelo término das aplicações do exame em 2019, que aconteceu com a realização do Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL) nos dias 10 e 11 de dezembro.
- 4.4. A comissão foi constituída pela referida Portaria nº 244, de 2019, e ao

longo de dez dias de trabalho, a equipe técnica instituída avaliou os itens para apontar o grupo de questões não recomendadas na montagem do exame de 2019. Cabe salientar que a referida comissão, conforme previsto na Portaria, possuía caráter consultivo e não deliberativo, dado que a ação associada a atividade era a recomendação. Desta forma, nenhum item foi excluído do Banco Nacional de Itens. Nesse sentido, afirmamos que a publicidade dos motivos que levaram à não utilização de itens do BNI no referido Exame revelariam consequentemente o conteúdo do item, razão pela qual os mesmos não poderiam ser utilizados nos exames vindouros.

4.5. Sobre os itens 2, a razão de mérito da escolha dos membros se deu pela análise de currículo realizada pela gestão anterior, observado o notório saber, a titulação de Doutorado. À atual gestão coube coordenar e acompanhar os trabalhos da comissão já constituída na gestão anterior. Sendo assim, não cumpre a atual gestão opinar sobre a escolha dos membros.

4.6. Sobre o item 3, conforme já respondido no item 2, o processo de escolha e designação dos membros foi realizado na gestão anterior. Inobstante importa consignar que a Portaria nº 244, de 2019, não estabelece critérios de gênero para a composição da referida comissão.

5. CONCLUSÃO

5.1. Finalmente, com relação ao item 1, temos que a Controladoria-Geral da União em análise correlata, Parecer CGU nº 67 de 14/01/2020, entende que a publicidade extemporânea dos documentos solicitados pode causar prejuízos ao próprio ato/decisão ao qual o documento solicitado se vincula.

5.2. Sobre os itens 2 e 3, verificou-se que a gestão anterior considerou os critérios definidos na Portaria nº 244, de março de 2019, para selecionar e designar os membros da comissão, razão pela qual coube à atual gestão coordenar e acompanhar seus trabalhos. Não cumpriria, dessa forma, à atual gestão opinar sobre a escolha dos membros da citada comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Nilva Rodrigues Costa**, **Servidor Público Federal**, em 13/03/2020, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.inep.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0500689** e o código CRC **0E77C73C**.